



ALEXANDRE ALKMIM TEIXEIRA

**PARAÍSO
FISCAL
DIGITAL
*CRYPTO
HAVENS***

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2023

Copyright © 2023 by Alexandre Alkmim Teixeira

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

T266p

Teixeira, Alexandre Alkmim

Paraíso fiscal digital : crypto havens / Alexandre Alkmim
Teixeira. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.
174 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2746-5

1. Direito tributário. 2. Paraísos fiscais - Legislação.
3. Criptoativos. 4. Internet - Legislação - Brasil. 5. Criptoativos.
I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Considerações Iniciais	1
Parecer de Aprovação e Certificação da Associação Brasileira de Direito Tributário – ABRADT	3
Introdução.....	5
Capítulo I – Paraísos Fiscais Tradicionais.....	13
1.1. A OCDE e o Relatório <i>Harmful Tax Competition</i>	14
1.1.1. Recomendações do <i>Harmful Tax Competition</i>	17
1.2. Paraíso Fiscal e Regime Preferencial de Tributação.....	23
1.2.1. Crítica à Diferenciação entre Países Considerados Paraísos Fiscais e Regimes Fiscais Privilegiados.....	28
1.3. Critério funcional da Identificação dos Paraísos Fiscais.....	32
1.3.1. Juridicidade do Regime	33
1.3.2. Operações <i>Offshore</i>	35
1.3.3. Quanto aos objetivos de utilização.....	35
1.3.3.1. Paraíso Fiscal como Centro de Operação.....	35
1.3.3.2. Paraíso Fiscal como mecanismo de Planejamento Tributário	37
1.3.3.3. A utilização do paraíso fiscal para a prática ou para a ocultação de crimes.....	44
1.3.3.3.1. Lavagem de Dinheiro.....	47

1.3.3.3.2. Ocultação Patrimonial	50
1.3.3.3.2.1. Ocultação Patrimonial para Blindagem de Risco.....	51
1.3.3.3.2.2. Ocultação Patrimonial para Prática de <i>Dumping</i>	53
1.3.3.3.3. Fraude Fiscal	56
1.4. Paraíso Fiscal no Direito Brasileiro	59
1.5. Nova Conceituação Internacional de Paraíso Fiscal.....	65
1.5.1. Novos Ares para novas Oportunidades	68
1.6. O Efeito <i>John Doe: Panama Papers</i> e a Ineficiência do Critério de Transparência	70
Capítulo II – O Impacto dos Tratados de Intercâmbio de Informações entre os Estados.....	73
2.1. O Intercâmbio de Informações a partir dos Tratados.....	74
2.1.1. Informação sob Demanda.....	75
2.1.2. Fornecimento de Espontâneo de Informação.....	76
2.1.3. Troca Automática de Informações entre os Estados	77
2.2. FATCA e a Solução Norte-Americana de Intercâmbio de Informações.....	78
2.2.1. IGA – <i>Intergovernmental Agreement</i> e a Solução Diplomática para o FATCA.....	81
2.3. Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária.....	82
2.3.1. <i>AEOI - Automatic Exchange of Information:</i> Do Fórum Global à Convenção Multilateral.....	84
2.4. Relatórios Padrão da Convenção Multilateral.....	86
2.4.1. <i>CRS – Common Reporting Standard</i>	87

2.4.2. <i>CbC – Country by Country Report –</i> Relatório País a País	88
2.4.3. O Acordo entre as Autoridades Competentes: <i>CAA – Competent Authority Agreement</i>	89
2.5. A Utilização dos Relatórios de Informações Internacionais pela RFB.....	90
Capítulo III – Paraíso Fiscal Digital	93
3.1. Conceitos relacionados a novas tecnologias.....	93
3.1.1. <i>Blockchain</i>	94
3.1.2. Entrando e Operando no <i>Blockchain</i> : <i>Exchange e Wallets</i>	96
3.1.3. Criptoativos - <i>Cryptoassets</i>	98
3.1.1.1. Criptoativo lastreados (<i>backed</i>) e Não Lastreados (<i>non backed</i>).....	99
3.1.1.2. Criptomoedas	100
3.1.1.3. <i>Stablecoins</i>	103
3.1.1.4. <i>Tokens</i>	104
3.1.1.4.1. Token Fungível e Não Fungível: <i>NFT non fungible tokens</i>	105
3.1.1.4.2. <i>Utility Token – Fan Token</i>	107
3.1.1.5. Criptoações – <i>Criptosecurities –</i> <i>Security Token</i>	109
3.2. <i>Blockchain</i> com Funcionalidade de Paraíso Fiscal	110
3.2.1. Aproximações entre o <i>Blockchain</i> e os Paraísos Fiscais Tradicionais	112
3.2.1.1. Utilização como Centro Financeiro	113
3.2.1.2. Ocultação Patrimonial e Lavagem De Dinheiro	116

3.2.1.3. Planejamento Tributário.....	117
3.3. <i>Digital Wallet</i> como <i>Crypto Havens</i>	120
3.4. Conjugação de Paraísos Fiscais com <i>Blockchain</i> : <i>Havens plus Havens</i>	125
Capítulo IV – Medidas de Controle dos Criptoativos	127
4.1. A Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019.....	128
4.2. O Parecer de Orientação CVM nº 40/2022.....	132
4.3. A Lei nº 14.478/2022 e o Marco Regulatório dos Criptoativos	135
4.4. Os Criptoativos como Ativos Financeiros: Banco Central do Brasil.....	136
4.5. <i>Due Diligence</i> no controle do <i>Blockchain</i> a partir dos Tratados de Intercâmbio de Informações Fiscais.....	138
4.5.1. Intercambio das Informações das <i>Exchange</i> no CbC.....	140
4.6. <i>CBDC – Central Bank Digital Currency</i>	142
4.6.1. e-Real – Plataforma Drex	145
Fechamento	147
Bibliografia	149